



Número: **0800182-34.2020.8.20.5105**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Macau**

Última distribuição : **10/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DOMINGOS SAVIO DE OLIVEIRA (AUTOR)		CAIO CESAR ALBUQUERQUE DE PAIVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53195495	10/02/2020 07:59	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
53195496	10/02/2020 07:59	<a href="#">00. Domingos Savio de Oliveira.Inicial DPVAT. Invalidez Permanente. Pagamento Parcial</a>	Documento de Comprovação
53195497	10/02/2020 07:59	<a href="#">01. Procuração - Domingos Savio de Oliveira</a>	Documento de Comprovação
53195498	10/02/2020 07:59	<a href="#">02. Declaração</a>	Documento de Comprovação
53195499	10/02/2020 07:59	<a href="#">03. Documentos Pessoais</a>	Documento de Comprovação
53195500	10/02/2020 07:59	<a href="#">04. Boletim de Ocorrência</a>	Documento de Comprovação
53195501	10/02/2020 07:59	<a href="#">05. Documentos Médicos</a>	Documento de Comprovação
53195502	10/02/2020 07:59	<a href="#">06. Requerimento Administrativo</a>	Documento de Comprovação

EM PDF.





**CAIO PAIVA**

ADVOGADO - OAB/RN 10.407

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE MOSSORÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, a quem couber por distribuição.**

Justiça Gratuita

**DOMINGOS SAVIO DE OLIVEIRA**, brasileiro(a), casado(a), montador de andaime, portador(a) da cédula de identidade nº 885774, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 567.554.064-49, residente e domiciliado(a) na Rua Projetada Papagaio, 221, Papagaio, Macau/RN, CEP 59.500-000, vem, perante Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO PARA COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**

contra o (a) **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

**DA VINCULAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO À PERÍCIA MÉDICA PRÉVIA.**

**Inicialmente, a parte autora informa que não tem interesse na realização de audiência preliminar de conciliação**, prevista no artigo 334 do Código de Processo Civil (CPC), tendo em vista que o(a) Demandado(a) só oferece proposta de acordo após a produção de prova pericial, no caso, perícia médica a ser designada por este Juízo.

Nos termos do § 4º, do artigo 334, do Código de Processo Civil:

“§ 4º. A audiência não será realizada:

**Escritório**

Rua Pedro Velho, 426, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.  
Contato: (84) 3317-5503 / 98838-4168 - E-mail: caiopaiva05@hotmail.com





**CAIO PAIVA**

ADVOGADO - OAB/RN 10.407

I – se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual.”

A designação do referido ato processual, neste caso, seria infrutífera, não só aos sujeitos do processo, bem como do Judiciário, atentando os princípios da economia e celeridade. **No entanto, se na referida audiência houver profissional nomeado para a realização de perícia médica e confecção de laudo conclusivo, a parte autora não se opõe a sua realização.**

#### **DA JUSTIÇA GRATUITA.**

Independente de comprovação de proventos, a parte pode valer-se da **simples alegação de hipossuficiência** para que lhe seja deferida a concessão do **benefício da gratuidade judiciária**, pois se trata de garantia constitucional que confere a todos os cidadãos o direito de acesso à justiça.

A concessão mediante mera alegação de hipossuficiência ressoa na jurisprudência majoritária, senão veja-se:

*“ASSISTENCIA JUDICIÁRIA - REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO -  
"Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta à simples afirmação de sua pobreza, até prova em contrário." (AASP 1622/19) in RT 697 p.99.”*

*“ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO - "A assistência judiciária (Lei 1060/50, na redação da Lei 7510/86) - Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta à simples afirmação de sua pobreza, até prova em contrário. (art.4º. e §1º.). Compete à parte contrária a oposição à concessão." (STJ-REsp.1009/SP, Min. Nilson Naves, 3a.T., 24.10.89, in DJU 13.11.89, p.17026) in RT 686/185.”*

#### **Escritório**

Rua Pedro Velho, 426, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.  
Contato: (84) 3317-5503 / 98838-4168 - E-mail: caioipaiva05@hotmail.com





**CAIO PAIVA**  
ADVOGADO - OAB/RN 10.407

Portanto, considerando as condições econômicas da parte autora, requer-se as benesses da Lei 1060/50, bem como a aplicação das disposições dos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil (CPC), a fim de desonerá-la dos ônus processuais, pois não tem condições momentâneas de arcar com estes custos sem prejuízo das próprias despesas.

### **DOS FATOS.**

O (A) Autor(a), em **13/08/2019**, foi vítima de acidente de trânsito, ocorrido na RN 401, Centro, Guamaré/RN, consoante se deduz da análise do Boletim de Ocorrência, da documentação médica e do comprovante de prévio requerimento administrativo, anexos.

Como consequência do sinistro, o(a) Requerente veio a sofrer diversas lesões, notadamente **politraumatismo**, lesão em membro superior esquerdo, conforme demonstram os prontuários médicos e demais documentos em anexo, que serão cabalmente comprovados, também, por meio de exame pericial a ser designado por este R. Juízo.

Muito embora tenha realizado pedido administrativo para o pagamento da indenização do seguro DPVAT, o qual restou devidamente instruído, o(a) Autor(a) recebeu apenas a quantia de **R\$ 1.687,50, conforme comprovante em anexo.**

Assim, de acordo com a nossa legislação, busca-se a complementação da indenização devida pelo seguro obrigatório junto à empresa seguradora ré, cujo valor correto só será conhecido quando da realização de exame pericial, por profissional médico designado por este R. Juízo.

Importante destacar ainda, que para realizar o pagamento pela via administrativa, quaisquer umas das entidades conveniadas, à Seguradora Ré exige uma série de documentos, dentre eles, boletim de ocorrência e prontuário médico, sem os quais há indeferimento de plano de qualquer requerimento indenizatório.

---

#### **Escritório**

Rua Pedro Velho, 426, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.  
Contato: (84) 3317-5503 / 98838-4168 - E-mail: caioipaiva05@hotmail.com





**CAIO PAIVA**

ADVOGADO - OAB/RN 10.407

Logo, diante da decisão da Seguradora Ré, busca o(a) Autor(a) a condenação daquela ao **pagamento da complementação da indenização devida pelo seguro obrigatório junto à seguradora ré, cujo valor correto só será conhecido quando da realização de exame pericial**, por profissional médico designado por este Juízo.

### **DA FUNDAMENTAÇÃO DE MÉRITO.**

#### **Da direito a complementação da indenização devida.**

O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, tem origem no Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, o qual dispõe, no seu art. 20, alínea 1, o seguinte:

Art. 20. Sem prejuízo do disposto em leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

[...]

1) danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não; (Redação dada pela Lei nº 8.374, de 1991)

A Lei n. 6.194/1974, que regulamentou o Seguro DPVAT, no seu art. 3º, elenca as hipóteses cobertas pelo seguro, bem como o valor da indenização em cada caso, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

---

#### **Escritório**

Rua Pedro Velho, 426, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.  
Contato: (84) 3317-5503 / 98838-4168 - E-mail: caioipaiva05@hotmail.com





**CAIO PAIVA**

ADVOGADO - OAB/RN 10.407

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (sem grifo no original)

A Lei n. 11.945/09 acrescentou o § 1º ao art. 3º, definindo os parâmetros para estipular o grau de invalidez e, conseqüentemente o valor a ser pago.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-

**Escritório**

Rua Pedro Velho, 426, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.  
Contato: (84) 3317-5503 / 98838-4168 - E-mail: caioipaiva05@hotmail.com





**CAIO PAIVA**

ADVOGADO - OAB/RN 10.407

se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Observa-se, desta forma, que para fazer jus à indenização ora pretendida é necessário o preenchimento dos seguintes requisitos: **a)** ocorrência de acidente automobilístico que resulte em lesões corporais; **b)** sequelas decorrentes das lesões que gerem invalidez permanente.

Ressalta-se que o pagamento da indenização independe de quem teve culpa no acidente automobilístico, necessitando, para sua perfectibilização, apenas provas simples das despesas oriundas do sinistro, nos termos do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, veja-se:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

O(A) Autor(a), após sofrer diversas lesões em acidente automobilístico, após o fim do seu tratamento médico, encontrou-se permanentemente inválido.

Faz jus o(a) Requerente, via de consequência, à indenização devida pelo seguro obrigatório junto a seguradora ré.

Ressalta-se que a invalidez que acomete o(a) Autor(a) atualmente decorre unicamente do acidente automobilístico sofrido, já que aquele, antes do sinistro era pessoa saudável e ativa.

Nesta toada é posição dos Tribunais pátrios:

**APELAÇÃO AÇÃO DE COBRANÇA DPVAT** Preliminar de prescrição afastada no despacho saneador Impossibilidade de reapreciação da questão Matéria preclusa Inteligência dos artigos 183 e 473 do CPC **Acidente que causou invalidez permanente**

**Escritório**

Rua Pedro Velho, 426, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.  
Contato: (84) 3317-5503 / 98838-4168 - E-mail: caioapaiva05@hotmail.com





**CAIO PAIVA**

ADVOGADO - OAB/RN 10.407

**parcial na vítima Comprovação do nexo causal demonstrado por meio de laudo elaborado pelo IMESC** Aplicação da lei vigente à época do acidente (Lei nº 6.194/74, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.441/92) Devendo o pagamento ser proporcional ao grau de invalidez sofrida pela segurada Honorários periciais que deverão ser custeados pela requerida na proporção de 12,5% Sucumbência recíproca, nos termos do art. 21, do CPC, observando-se o art. 12, da Lei nº 1.060/50 Sentença parcialmente reformada **RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.** (TJSP, AC n. 0004708-16.2012.8.26.0506, 27ª Câmara de Direito Privado Relator(a): Ana Catarina Strauch, julgado em 17/03/2015, sem grifo no original)

Assim, resta amplamente demonstrado que o(a) Autor(a), após ser vitimado em acidente de trânsito, ficou com sequelas permanentes que lhe causam invalidez.

O (A) Autor(a), impugna o laudo pericial realizado em sede administrativa.

Ocorre que, o **laudo pericial produzido de forma unilateral** pela seguradora ré não pode ser levado em consideração, uma vez que é inconclusivo, com base apenas em informações prestadas pela parte demandada, sendo necessária a realização de perícia médica sob o crivo do contraditório, a fim de apurar o grau das lesões sofridas.

De outro norte, a justificativa apresentada pela Seguradora Ré para o pagamento a menor da indenização pretendida pelo(a) Autor(a) não encontra qualquer amparo na legislação em vigor e está ferindo frontalmente o direito deste, o que não pode ser permitido por este Juízo.

Neste sentido é o entendimento pacífico da jurisprudência pátria:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL.  
PROPÓSITO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO  
REGIMENTAL. **SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE.**  
NECESSIDADE DE PERÍCIA PARA AVALIAR A EXTENSÃO DA

**Escritório**

Rua Pedro Velho, 426, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.  
Contato: (84) 3317-5503 / 98838-4168 - E-mail: caiopaiva05@hotmail.com





**CAIO PAIVA**

ADVOGADO - OAB/RN 10.407

**LESÃO. PAGAMENTO PROPORCIONAL AO GRAU DA LESÃO.  
SÚM. 474 DO STJ.**

1. Em homenagem aos princípios da economia processual e da fungibilidade, devem ser recebidos como agravo regimental os embargos de declaração que contenham exclusivo intuito infringente.

2. **"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Súmula n. 474 do STJ.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, EDcl no REsp 1301759 RS 2012/0001869-7, Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, 4ª Turma, julgado em 11/02/2014, sem grifo no original).

Logo, tendo o(a) Autor(a) demonstrado, de forma ampla e eficaz, que sofre de invalidez permanente decorre de acidente automobilístico, bem como diante do pagamento a menor realizado pela Seguradora Ré, merecem os pedidos daquele amparo da Justiça.

**DA NOMEAÇÃO DE PERÍCIA TÉCNICA – CONVÊNIO TJRN.**

Tendo em vista convênio firmado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em processo nº 01573/2012, no qual firmam as partes que, as perícias médicas que envolvam cobrança de seguro DPVAT serão nomeados pelo Juízo e pagas pela Seguradora, independente do seu resultado.

**Desta feita, requer que seja nomeado Perito Técnico judicial a fim de realização de Laudo Técnico aferindo o grau da lesão sofrida pelo requerente.**

**DOS PEDIDOS.**

**Escritório**

Rua Pedro Velho, 426, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.  
Contato: (84) 3317-5503 / 98838-4168 - E-mail: caioipaiva05@hotmail.com





**CAIO PAIVA**

ADVOGADO - OAB/RN 10.407

Ante todo o exposto, requer de Vossa Excelência sejam julgados procedentes os seguintes pedidos:

a) o recebimento da presente petição e o **deferimento do benefício da Justiça Gratuita**, uma vez que o(a) Autor(a) não tem condições de arcar com as custas judiciais, condição que expressamente declara;

b) seja determinada a **citação** da Seguradora Ré, via AR, na pessoa de seu representante legal, para querendo, apresentar defesa aos termos da presente demanda, no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

c) que seja **nomeado perito técnico** em conformidade com Convênio firmado pelo TJ-RN e a demandada;

d) a dispensa da audiência preliminar de conciliação, **salvo se, na oportunidade, houver realização de perícia médica**;

e) seja a Seguradora Ré condenada **ao pagamento da diferença entre o valor já adimplido administrativamente e a porcentagem de invalidez apurada por perícia médica realizada por profissional nomeado por este juízo**;

f) **requer que a demandada apresente todos os documentos do processo administrativo do(a) autor(a), bem como o comprovante de pagamento e laudo pericial realizado na via administrativa**;

g) requer, ainda, juros e correção monetária desde a data do sinistro (Súmula 54 do STJ);

h) a condenação da Requerida ao pagamento de honorários sucumbenciais, no patamar de 20% sobre o valor da condenação.

Protesta provar o alegado através dos documentos que instruem a presente petição inicial, da realização de exame pericial, bem como por outros meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

---

**Escritório**

Rua Pedro Velho, 426, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.  
Contato: (84) 3317-5503 / 98838-4168 - E-mail: caiopaiva05@hotmail.com





**CAIO PAIVA**  
ADVOGADO - OAB/RN 10.407

Macau-RN, 07 de fevereiro de 2020.

**CAIO CÉSAR ALBUQUERQUE DE PAIVA**  
**OAB/RN 10.407**

---

**Escritório**

Rua Pedro Velho, 426, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.  
Contato: (84) 3317-5503 / 98838-4168 - E-mail: caiopaiva05@hotmail.com



Assinado eletronicamente por: CAIO CESAR ALBUQUERQUE DE PAIVA - 10/02/2020 07:58:58  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021007585798100000051290560>  
Número do documento: 20021007585798100000051290560



**CAIO PAIVA**  
ADVOGADO - OAB/RN 10.407

## APRESENTAÇÃO DE QUESITOS

**Nessa oportunidade o autor apresenta os seguintes quesitos para perícia médica:**

- A. O autor possui alguma invalidez ou sequela permanente decorrente do acidente de trânsito sofrido?
- B. Em que região do corpo está localizada a invalidez ou sequela?
- C. Qual tempo médio para a convalidação da referida lesão?
- D. A invalidez ou sequela é notória ao autor, ou seja, poderá ser perceptível sem parecer médico?
- E. A ciência inequívoca da consolidação das sequelas pode ser verificada sem um laudo profissional?
- F. Com base na documentação médica apresentada, é possível precisar a data da ciência inequívoca, pelo autor, do caráter definitivo de suas sequelas?
- G. Sendo o autor possuidor de invalidez, qual o grau da invalidez segundo a Lei 11.945/2009?
- H. Existe tratamento médico capaz de reverter a situação do autor?
- I. Existindo tratamento, este é acessível a pessoas de situação financeira precária? É fornecido pelo Sistema único de Saúde de forma satisfatória?

---

### Escritório

Rua Pedro Velho, 426, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.  
Contato: (84) 3317-5503 / 98838-4168 - E-mail: caiopaiva05@hotmail.com





**Caio César Albuquerque de Paiva**  
**OAB/RN 10.407**  
**Carla Caroline Albuquerque de Paiva**  
**OAB/RN 12.726**

---

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE(S): DOMINGOS SAVIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, montador de andaime, portador(a) da cédula de identidade RG nº 885774 SSP/RN, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 567.554.064-49, residente e domiciliado(a) na Rua Projetada Papagaio, 221, Papagaio, Macau/RN, 59.500-000.

7

**OUTOGADO(S): CAIO CÉSAR ALBUQUERQUE DE PAIVA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº. 10.407, com endereço profissional onde recebem notificações e intimações na Rua Pedro Velho, 426, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.

**PODERES:** Confere (em) amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, com as cláusulas "*ad judicium*" e "*et extra*", a fim de que, em conjunto ou separadamente, posa(m) realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive, requerer falência e concordata, apresentar e ratificar queixas-crimes, propor quaisquer ações, defender-me (nos) nas que (me) (nos) forem propostas, cíveis ou penais, reconvir, promover quaisquer medidas cautelares, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos, requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar os documentos necessários, efetuar levantamentos, requerer laudos, avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, transigir, fazer acordo, confessar, renunciar, desistir, impugnar, receber e dar quitação, firmar compromissos, requerer abertura de inventário ou arrolamentos, assinar termo de compromisso de inventariante, de renúncia, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor (es) ou reclamante(s) e defendendo-o(s), na condição de reclamada(s) bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom, firme e valioso.

Mossoró/RN, 09 de outubro de 2019.



## DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

Domingo Savió de Oliveira nacionalidade  
brasileiro, estado civil casado, profissão montador andaime,  
portador(a) da cédula de identidade RG nº 88 57 74 inscrito(a) no  
CPF/MF sob o nº 567.554.064-49, residente e domiciliado(a) na  
Rua Propriedade Papagaio, Nº 221  
, Bairro: Papagaio, Cidade: Moço /RN,  
CEP 59300-000

DECLARO, nos termos da Lei 1.060/50, para os devidos fins, que sou pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem prejuízo do sustento meu e de minha família.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Moço / RN, 09 de outubro de 2019.

Domingo Savió de Oliveira





**IDENTIFICAÇÃO DE IDENTIDADE**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

DT. DE NASCIM. \_\_\_\_\_

LOCALIDADE DE NASCIM. \_\_\_\_\_

SEXO: \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

NATURALIDADE: \_\_\_\_\_

DOCUMENTO: \_\_\_\_\_

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1996

CPF: 567.554.064-49

TTT. ELEITOR: 006726751651

CNH: \_\_\_\_\_

SEÇÃO: 0091

ZONA: 030

LOCALIDADE DE EMISSÃO: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO EMISSOR: \_\_\_\_\_

**QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO**

**DOMINGOS SAVIO DE OLIVEIRA**

FILIAÇÃO: MANOEL BENTO NETO

MARIA EMILIA DE OLIVEIRA

NASCIMENTO: 22/02/1968

ESTADO CIVIL: CASADO

SEXO: MASCULINO

NATURALIDADE: MACAU - RN

DOCUMENTO: C. 1.885774 17/06/1997 SSP RN

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1996

CPF: 567.554.064-49

TTT. ELEITOR: 006726751651

CNH: \_\_\_\_\_

SEÇÃO: 0091

ZONA: 030

LOCALIDADE DE EMISSÃO: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO EMISSOR: \_\_\_\_\_

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**RETEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

PIS/PASEP: 122.96186.90-6

NÚMERO: 3880647

SÉRIE: 003-0

UF: RN

ASSINATURA DO TITULAR: *Domingos Savio de Oliveira*

POLEGAR DIREITO

CASA DA MORADA DO TRABALHADOR



# CONTRATO DE TRABALHO

APR 04.487.080/0001-02

CONTRATANTE: Consultoria e Serviços de Engenharia de Petróleo

CONTRATADO: Parque Santo Antônio, S/N

ENDEREÇO: B. Fleming - CEP: 48.110-000

Cidade: CAIA

ALMOÇO: L

SÉDO ESTABELECIMENTO

CARGO: Ventador de Andares

CEP: N

DATA DE ADMISSÃO: 26 DE Sete mbre de 2018

RAÇÃO: 115 / 100

ESPECIALIZAÇÃO: Engenharia de Petróleo

EMPREGADOR: CAIA

EMPREGADO: CAIA

EMPREGADOR: CAIA

EMPREGADO: CAIA

EMPREGADOR: CAIA

EMPREGADO: CAIA

11





COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE  
Avenida Senador Salgado Filho, 1555, Tirol, CEP 59015-000  
CNPJ: 08.334.385/0001-35 / INSC. Estadual: 20055.426-3  
Admin. Central (84) 3232-4432 / Ouvidoria: (84) 3232-4562

ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO

115

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

IMPRESSO EM 20/09/2019 ÀS 16:08:39

MATRÍCULA:

MÊS/ANO

7043198

09/2019

DADOS DO CLIENTE

DOMINGOS SAVIO DE OLIVEIRA  
RUA PROJETADA 221, N, SN - PAPAGAIO MACAU RN  
59500-000

INSCRIÇÃO	ROTA	SEQ.ROTA	QUANTIDADE DE ECONOMIAS			
765.002.360.0889.000	6	4091	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICO
HIDRÔMETRO A067010645	SITUAÇÃO ÁGUA LIGADO		SITUAÇÃO ESGOTO POTENCIAL			

CONSUMO ÁGUA (M3): 0

DATA LEITURA: 20/09/2019

LEIT. ATUAL: 636

LEIT. ANT.: 636

DIAS CONSUMO: 31

HISTÓRICO DE CONSUMO

REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	MEDIA
08/2019	0	06/2019	0	04/2019	0	0
07/2019	0	05/2019	0	03/2019	0	

DESCRIÇÃO

CONSUMO

TOTAL(R\$)

ÁGUA

RES ENTRE 50 E 100M 1 UNIDADE(S)

0 M3

39,99

CONSUMO DE ÁGUA

MULTA P/IMPONTUALIDADE 08/2019

0,80

JUROS DE HORA 07/2019

0,41

TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL(%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS	39,99	1.65	0,66
COFINS	39,99	7.6	3,04

VENCIMENTO:

27/09/2019

TOTAL A PAGAR:

41,20

MONITORAMENTO MENSAL DA QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

Parâmetros	Turbidez	PH	Colif. Totais	Cloro Residual Livre	Nitrato (como N)
VMP e Recomendações	≤ 5.0 UT	6.0 a 9.5	% de Ausência	0.2 a 2.0 mg/L	≤ 10.0 mg/L
Valores Obtidos	1.01	7.55	100.0 %	1.55	--



Assinado eletronicamente por: CAIO CESAR ALBUQUERQUE DE PAIVA - 10/02/2020 07:59:00

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021007585981100000051290563>

Número do documento: 20021007585981100000051290563

Num. 53195499 - Pág. 4



Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social  
Polícia Civil  
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: Delegacia Municipal de Guamaré

Endereço: RN 221, S/N, Conjunto Vila Maria, GUAMARÉ, FONE/FAX: 84 9 94667390

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2019232000265

1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.2 Data de Expedição: 14/10/2019 16.34.52

1.4 Ligou CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 13/08/2019 08.30.00

2.3 Fato: Consumado

2.5 Meio(s) empregado(s): Outros

2.6 Tipo do local: Via Pública

2.8 Número: S/N

2.10 Complemento:

2.12 Bairro: CENTRO

2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.2 Autoria: Desconhecida

2.4 Flagrante: Não

2.7 Logradouro: RN 401

2.9 CEP:

2.11 Ponto de Referência:

2.13 Cidade: GUAMARÉ

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: DOMINGOS SAVIO DE OLIVEIRA

3.3 Nome Social:

3.5 Etnia: Sem Informação

3.7 Sexo: MASCULINO

3.9 CPF: 56755406449

3.11 Nacionalidade:

3.13 Profissão: MONTADOR DE ANDAIME

3.15 Telefone(s): 84 999574388

3.17 Número: 04 B

3.19 Bairro: CANTO DO PAPAGAIO

3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3.23 Cidade: MACAU

3.2 Estado civil: Casado(a)

3.4 Pai: MANOEL BENTO NETO

3.6 Mãe: MARIA EMILIA DE OLIVEIRA

3.8 Orientação Sexual:

3.10 Identidade de Gênero:

3.12 Data de Nascimento: 22/02/1968

3.14 RG: 885774 - ITEP/RN

3.16 Passaporte:

3.18 Naturalidade: MACAU RN

3.20 E-Mail:

3.22 Logradouro: R:PROJETADA

3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLuíDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1.1 Segurado: Não

7.1.3 Chassi: \*\*\*\*\*56387

7.1.5 Placa: MYZ4282

7.1.7 Marca: HONDA

7.1.9 Ano do Modelo: 2008

7.1.11 Cor do veículo: VERMELHA

7.1.13 Nota Fiscal:

7.1.15 Nome do proprietário: ANTONIO MARQUES DA SILVA

7.1.17 Nome do condutor: DOMINGOS SAVIO DE OLIVEIRA

7.1.18 Observações:

7.1.2 Seguradora:

7.1.4 Renavam: 959728457

7.1.6 Estado:

7.1.8 Modelo: CG 150 TITAN KS

7.1.10 Ano de Fabricação: 2008

7.1.12 Tipo do veículo: MOTOCICLETA

7.1.14 Número do Motor:

7.1.16 Vínculo com a Ocorrência:

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

RELATA A VÍTIMA QUE ESTAVA CONDUZINDO A MOTOCICLETA ACIMA CITADA, QUANDO O ESTIRANTE DO COLETE SALVA VIDAS ACABOU ENGANCHANDO NA RODA DA MOTO, FAZENDO O VEÍCULO PARAR BRUSCAMENTE E QUE A VÍTIMA VEIO A CAIR, SOFRENDO ESCORIAÇÕES, QUE A VÍTIMA FOI SOCORRIDA PELO SAMU PARA A CIDADE DE GUAMARÉ/RN, E QUE DEVIDO A GRAVIDADE, NO DIA SEGUINTE A VÍTIMA FOI ENCAMINHADA PARA O HOSPITAL ANTONIO PRUDENTE EM NATAL/RN.

9.2 Informações do CIOSP

10. COMPLEMENTOS

Data do Complemento: 14/10/2019

Usuário: 2039176 - HILDEGARDES JÁCOME MARIZ

Complemento: ONDE SE LÊ QUE A VÍTIMA FOI SOCORRIDA PELO SAMU, LE-SE SOCORRIDO PELA AMBULANCIA DO HOSPITAL DE GUAMARÉ/RN

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data 14/10/2019 16.34.52

Policial

Interessado

Polegar direito

Atendimento: 2039176 - HILDEGARDES JÁCOME MARIZ

Impresso por: 2039176 - HILDEGARDES JÁCOME MARIZ em 14/10/2019 16:58:40

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA



Assinado eletronicamente por: CAIO CESAR ALBUQUERQUE DE PAIVA - 10/02/2020 07:59:01

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021007590067000000051290564>

Número do documento: 20021007590067000000051290564

Num. 53195500 - Pág. 1

Guararé

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SISTEMA REGIMEN DE SAÚDE



Pronto Socorro

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGENCIA

Data: 13/08/19

Hora: 09:03

Registro Nº

Nome: Domingos Sálvio De Oliveira

Data Nasc: 22/12/1968

Nome da Mãe:

End:

PA:

Temperatura:

Peso:

QUEIXA PRINCIPAL (EXAME FÍSICO)

Acne notu com suco  
pelo corpo 1 Der 4mm (F)  
Chocou 15

DIAGNÓSTICO

Acne notu

EXAMES COMPLEMENTARES

DESTINO DO PACIENTE:

( ) OBSERVAÇÃO (DE \_\_\_\_\_ HS ÀS \_\_\_\_\_ HS)

( ) ENCAMINHAMENTO PARA \_\_\_\_\_

( ) LIBERADO

( ) EVASÃO

( ) ÓBITO

ASSINATURA COM CARIMBO DO MÉDICO



PRESCRIÇÃO MÉDICA:

1) Aspirina 325 - 10/30  
 2) Paracetamol 1g - 12/30  
 3) Diclofenaco potássio  
 75mg - 12/30  
 4) Cetorolaco 120mg - 12/30

Dr. Ivani Varella B. da Silva  
 COREN-RN-1190.359-TE

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM:

10/ - SFO, 9x - 100uf  
 - Tramal - 2uf  
 - Cetorolaco - 101uf  
 EV. Aguda  
 2 às 03:00h

Ivani Varella B. da Silva  
 Técnico de Enfermagem  
 Coren-RN 716.036

Dr. Antônio Artur de Oliveira  
 Ortopedia

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

40 = Fratura Fechada  
 Rádica (Anter.)

Don Freitas  
 CRM/RN 8381





DIAGNÓSTICO POR IMAGEM VIDA IMAGEM.

RAIO X - HAPNATAL

NºPedido: 32936304

Data 12/09/2019

Pag 1 de 1

Paciente...: 5799479 DOMINGOS SAVIO DE OLIVEIRA

Nascimento.: 22/02/1968 Sexo: M

CPF.: 56755406449

Endereco...: R PROJETADA 04 CANTO DO PAPAGAIO MACAU RN 59100000

Tel.: 999274388

Convenio...: HAPVIDA NATAL

Matricula...: 03CGE000052000018

Solicitante: Dr(a) JUDSON WELBER VERIS

Queixa Principal:

Exame:

RX PUNHO: A.P - LAT - OBLIQUAS DIREITO

!Ö`fB"

6197616731

RELATÓRIO:

Exame de controle pós-operatório de fixação de fratura em rádio distal com placa metálica e parafusos.

Há fio de Kirschner estabilizando rádio distal.

Presença de fratura em processo estilóide da ulna.

Demais aspectos inalterados.

OBS.: Os resultados destes exames não devem ser considerados isoladamente como diagnóstico de qualquer situação de saúde pois, como "exames complementares" eles servem somente para auxiliar o raciocínio médico, cabendo unicamente a este concordar com os resultados, solicitar sua repetição ou prosseguir investigação clínica e com novos exames. Estamos a disposição para quaisquer esclarecimentos, realizar incidências adicionais ou fazer revisões de laudo após correlação clínico radiológica.

OBS.: Exame documentado em CD.

COSMO ALVES DE AQUINO - CRM 4252-RN





ANTONIO  
PRUDENTE

**ULTRA SOM SERV MED LTDA - HAP NATAL**  
AV PRESIDENTE QUARESMA, 930 - ALECRIM  
59031-115 NATAL - RN

## ATESTADO MÉDICO

Atesto que atendi nesta data o(a) Sr(a) DOMINGOS SAVIO DE OLIVEIRA às 09:15, sendo necessário o seu afastamento do local de trabalho ou escola por 30 (TRINTA) dia(s), a partir de 13/08/2019, tendo como causa do atendimento o código abaixo:

S62

Código da Doença

Local e Data

Assinatura do Médico

JUDSON WELBER VERISSIMO DE AZEVEDO

CRM 6892

Dr. Judson V. Azevedo  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM/RN 6892  
TÍT 14518

Aceito a Colocação do CID. Assinado us \_\_\_\_\_

Código de Autenticação : BCPJP89L1D7C2

R3002

JUDSON WELBER VERISSIMO DE AZEVEDO 15/08/2019 09:15

10.1.32.209



**Guararé**

ATA: 1819

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**HISTÓRICO / EVOLUÇÃO**

**FICHA DE EVOLUÇÃO**

**CADASTRO / PRONTUÁRIO**

**DIAGNÓSTICO**

**CONDUITA**

**RUBRICA**

Nome: Domingos Savio de Oliveira

SEXO: M: ☒ F: ☐

DATA NASC.: 22/02/1968

CONDUITA: 22/02/2020

RUBRICA: 22/02/2020

Carlos W. de Almeida

CPF: 000.000.000-00

Assinatura: [Assinatura]



**SINISTRO 3190699630 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** DOMINGOS SAVIO DE OLIVEIRA

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO**

TERRA DO SOL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

**BENEFICIÁRIO** DOMINGOS SAVIO DE OLIVEIRA

**CPF/CNPJ:** 56755406449

**Posição em 25-01-2020 21:39:50**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

<b>Data do Pagamento</b>	<b>Valor da Indenização</b>	<b>Juros e Correção</b>	<b>Valor Total</b>
23/12/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

